

Relatório de Transição Prestação de Contas

Secretaria do Clima, Meio Ambiente e
Sustentabilidade

As principais realizações de 2021 a 2024

SECRETARIA DO
CLIMA, MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE



PREFEITURA DE
CAMPINAS



Contextualização 2013-2024

Adotando-se como recorte temporal os últimos 14 anos, presenciamos uma forma consistente na condução das políticas campineiras destinadas à área ambiental, com a municipalização do licenciamento ambiental, a efetivação de fato da fiscalização e educação ambiental, conhecimento dos elementos ambientais, instituição de um planejamento ambiental com geoespacialização, bem como a internalização da fauna nas políticas públicas locais, acompanhada da criação de uma estrutura administrativa de gestão, cuja principal meta é atingir melhores índices de qualidade ambiental local e regional.

Em uma breve linha do tempo, serão apresentados alguns marcos desse avanço. Em 2010, o licenciamento ambiental foi municipalizado, cuja compensação ambiental resultou no banco de áreas verdes, otimizando a recuperação e qualificação de áreas verdes e ambientalmente protegidas.

Em 2011, foram criadas 03 novas Unidades de Conservação na região do Campo Grande: Parque Natural Municipal do Campo Grande, Parque Natural Municipal dos Jatobás (que protege um remanescente de cerrado) e a Área de Proteção Ambiental do Campo Grande.

Em 2013, o Plano de Saneamento Básico trouxe segurança aos investimentos e diretrizes em resíduos, tratamento e abastecimento de água, de esgoto e de drenagem, sendo que em 2020, com a construção da ETE Boa Vista, a capacidade instalada de tratamento de esgoto na cidade atingiu o histórico marco de 100%, um dos passos fundamentais para a universalização do saneamento básico na cidade e publicamos a Lei do Licenciamento Ambiental.

Em 2014, foram ampliadas as áreas protegidas do município com a criação do Parque Natural Municipal da Mata e Refúgio de Vida Silvestre Quilombo, totalizando 09 Unidades de Conservação municipais e o Licenciamento Ambiental foi 100% informatizado.

Em 2015 a Política de Educação Ambiental foi instituída por Lei e o Decreto de Procedimentos de Licenciamento Ambiental foi revisado. Os Planos de Recursos Hídricos e do Verde foram instituídos por Decreto Municipal em 2016 e no ano seguinte Lei do Plano Municipal de Educação Ambiental foi sancionada.



Contextualização 2013-2024

Os Planos Municipais estratégicos para o meio ambiente contribuíram para a significativa interface na repactuação do ordenamento territorial, por meio da revisão do Plano Diretor (Lei Complementar nº 189/2018) apresentando um Capítulo de Meio Ambiente robusto, a instituição de uma Macrozona de Relevância Ambiental que internalizou todas as Unidades de Conservação (09) e outras áreas de relevância, além de instituir o Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação como eixo estruturador do plano diretor.

Em 2019, o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Campinas, unidade de conservação de uso sustentável que ocupa um terço do território, foi aprovado pelo seu Conselho Gestor e instituído por Portaria.

Em 2020 tivemos a aprovação das Políticas Municipais de Enfrentamento aos Impactos das Mudanças do Clima e da Poluição Atmosférica e de Meio Ambiente que consolidou todo o sistema de gestão local, otimizando seus instrumentos balizadores.

Por fim, em 2020, essa forma de gestão foi consolidada pela Política Ambiental Municipal, por meio da instituição da Lei Complementar nº 263/2020, assegurando a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A Política contempla em seu conteúdo a estrutura administrativa, os valores envolvidos, os objetivos e os instrumentos pertinentes de forma a permitir que o poder público tenha condições de estabelecer ações ordenadas e práticas para atingir os objetivos definidos para os vários aspectos da questão ambiental.

No que tange a agenda climática, destacamos que foi assumido o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (2014) e foi aderida a Iniciativa Cidades Resilientes da ONU em 2013. Um marco significativo foi a publicação do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa da Região Metropolitana de Campinas em 2019, que subsidiou a instituição da referida Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição Atmosférica de Campinas em 2020. A cidade também participa desde 2018 da plataforma líder mundial de relatórios climáticos urbanos, o CDP-ICLEI Track, que acompanha o progresso das cidades e rastreia riscos, perigos, emissões, dados setoriais (como transporte, água e resíduos), finanças e benefícios/oportunidades (como melhoria da saúde urbana, biodiversidade e equidade social), bem como fornece uma avaliação: Nota C (2018) e Nota B (2019 e 2020).



Contextualização 2013-2024

Em 2021, Campinas reforçou o seu compromisso com a Região Metropolitana de Campinas, com o lançamento do Plano de Implementação da Área de Conectividade da RMC (Programa Reconecta RMC) e também aceitou participar do Comitê Consultivo de Governos Subnacionais para a Biodiversidade da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), reforçando o papel da gestão local com a biodiversidade. Também foram iniciados os Planos de Manejo de outras duas Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Campinas, de 2014 até o início de 2024, quase 11 mil documentos diversos de licenciamento ambiental on-line foram emitidos, quais sejam licenças prévia, de instalação e de operação, termos de compromisso ambiental, autorizações para intervenções em área verde e movimentação de terra, exames técnicos municipais, além de apoiar com estudos técnicos das principais obras públicas a cargo da Prefeitura (PACs Pavimentação, Taubaté, Quilombo, Santa Lúcia, Meu Bairro Bem Melhor, Plano Cicloviário, Minha Casa Minha Vida, Macro drenagem Anhumas - Reservatórios RP1, RP4 e RS1), visando garantir qualidade ambiental a obras municipais.

Na fiscalização ambiental, de 2014 a 2020 foram realizadas mais de 30 mil vistorias e atendimentos, lavrados 1270 autos de infração e aplicação de mais de 15 milhões em multas ambientais. Além das ações repressivas, a Coordenadoria segue atuando de forma intersetorial com assento nos Comitês da Cidade Resiliente, Enfrentamento das Arboviroses e Zoonoses, Enfrentamento à COVID 19, Operações Chuvas de Verão e Estiagem, Grupos de Controle e Contenção de Invasões, Materiais Recicláveis e Acumuladores de Animais e Inservíveis. Até 2024, já foram aplicadas multas no valor total de 37 milhões de reais.

Em 2018 a reparação do dano ambiental foi aperfeiçoada com a instituição da Junta Administração de Valoração Ambiental (JAVA), responsável pela proposição das medidas de reparação e de compensação do dano ambiental e pela formalização dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os responsáveis pelos danos ambientais. As compensações são definidas mediante metodologias de valoração ambiental para que se possa chegar no montante mais técnico e justo dos impactos ao meio ambiente e à sociedade.



Contextualização 2013-2024

Por reivindicação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Campinas junto aos então candidatos a prefeito de Campinas na eleição de 2012, o então eleito prefeito Jonas Donizette concordou em criar por Lei Complementar, juntamente com a então Secretária do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBEA).

Logo que criado oficialmente, no ano de 2014, começou a funcionar no antigo espaço da Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ). Sua primeira política pública implantada no início de 2015 foi o sistema de Cadastramento Animal, o ARQUIMEDES I, ocasião em que se iniciou no município a microchipagem e o registro dos cães e gatos, que já totalizam mais de 95mil animais cadastrados. No mesmo ano foi iniciada, de forma experimental, a castração em unidades móveis, baseada em regiões previamente elencadas, com o objetivo de realizar tais procedimentos em um grande volume diário e por saturação. Ainda, foram iniciados os esforços de doação de animais através dos pets encontros, que visitaram vários bairros da cidade.

Entre os anos de 2015 e 2016 iniciou-se uma ampla discussão junto à sociedade sobre o texto (previamente preparado pelo DPBEA) do dito “Estatuto dos Animais”, que foi posteriormente aprovado por unanimidade pela Câmara dos Vereadores em 2017. Logo em 2018 iniciou-se um processo de fiscalização de casos de maus-tratos, ocasião em que foram parametrizados os perfis de ocorrências que instrumentalizaram a criação do arcabouço legal necessário e a internalização do serviço junto a Coordenadoria de Fiscalização da Secretaria.

Em 2017, também foi criado o Serviço Móvel de Urgência de Pequenos Animais (SAMU ANIMAL), envolvendo seus serviços de apoio (Raio x, exames laboratoriais, ultrassom, cirurgias ortopédicas e outras).

Neste momento, serviços outros foram sendo implantados como por exemplo: Atenção aos Animais dos Moradores de Rua, Projeto Mão Amiga (curso de auxiliar de veterinário ministrado a ex-moradores de rua), dentre outros.

A partir de 2018 foi implementado o serviço de transporte e atendimento aos grandes animais feridos encontrados em vias e logradouros públicos, além da regulamentação do Serviço dos Ambulatórios Móveis que tiveram início no ano de 2020 e que hoje, são um dos principais serviços disponibilizados pelo DPBEA com capacidade para atender até 24 mil animais por ano, com orientação, consultas, vacinas, microchipagem e em breve retaguarda laboratorial, de exames e cirurgias, em parceria com o Hospital Veterinário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP.

Também é importante destacar a criação e recente atualização do Portal Animal de Campinas (<https://portalanimal.campinas.sp.gov.br/>) que segue sendo um dos portais de serviços públicos mais acessados do município.

Neste ano de 2024 o DPBEA avançou com a contratação do serviço de alojamento para 400 animais e com a coordenação do programa de manejo reprodutivo de capivaras em parques públicos.

As políticas públicas envolvendo os animais domésticos e silvestres no município já realizaram o cadastramento a partir de 95.273 microchipagens, e castração de 69.968 cães e gatos em unidades móveis (Castramóvel) e 3.995 atendimentos via o SAMU animal (UTI móvel - ambulância - destinada a atender animais sem dono atropelados e/ou doentes encontrados em vias e logradouros públicos). também foram realizados 28.977 atendimentos nos Consultórios Veterinários Móveis.



Contextualização 2013-2024

Previstos na Política de Meio Ambiente, a SECLIMAS tem se utilizado de diferentes instrumentos de gestão ambiental, como o Banco de Áreas Verdes (que já gerenciou o plantio de mais 400 mil mudas), Termos de Ajustamento de Conduta e pelo Fundo Ambiental - PROAMB, cujas intervenções positivas no território, podem ser observadas por meio da instalação de fossas sépticas biodigestoras, recuperação das áreas de preservação permanente, formação de corredores ecológicos e passagens de fauna, revitalização de praças e implantação de parques lineares.

O Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) tornou-se plenamente operacional, assumindo o papel de principal financiador das ações da Secretaria. Quando iniciou suas operações em 2013, o PROAMB contava com um saldo financeiro de R\$204.095,46. Ao longo dos anos, o PROAMB provou ser um instrumento essencial para o desenvolvimento sustentável, investindo mais de 22 milhões de reais em demandas ambientais.

Esse aporte financeiro não só fortaleceu as políticas públicas ambientais, como também garantiu a continuidade e a expansão de projetos fundamentais para o futuro sustentável de Campinas. A contribuição do PROAMB reconhece a evolução e as conquistas da gestão ambiental no município, demonstrando como a estruturação estratégica e o compromisso financeiro têm sido cruciais para enfrentar os desafios ambientais e promover um desenvolvimento urbano mais consciente e sustentável.

A SECLIMAS também tem sido fundamental no fornecimento de suporte técnico e administrativo aos Conselhos Municipais que atuam em questões ambientais e de proteção animal. Entre os principais Conselhos atendidos estão o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas (CONGEAPA), o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Campinas (CMPDA), o Conselho Diretor do Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (CDPSA), o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Campo Grande (CONGEAPA CG) e o Conselho de Regulação e Controle Social (ARES-PCJ).



Contextualização 2013-2024

Esses Conselhos são responsáveis por importantes deliberações que auxiliam na construção das políticas públicas ambientais, no monitoramento de áreas protegidas e na promoção do bem-estar animal, garantindo a regulação de serviços ambientais e urbanos essenciais para a sustentabilidade do município. O suporte oferecido pela Secretaria é amplo e inclui desde a organização das reuniões ordinárias e extraordinárias, até a disponibilização de assessoria técnica especializada, que contribui para a elaboração de planos e diretrizes em áreas cruciais da gestão ambiental.

A partir deste breve relato, apresentamos a seguir as realizações de cada área na última gestão (2021-2024).



GOVERNANÇA CLIMÁTICA

Campinas vêm inovando e liderando as pautas das mudanças climáticas, com o fortalecimento da legislação ambiental, a assinatura de compromissos e diversas ações integradas voltadas à mitigação, adaptação climática e conservação dos ecossistemas naturais, contempladas no Plano Local de Ação Climática.



Realizações 2021 a 2024

Compromissos assumidos

Campanhas Race to Zero e Race to Resilience, Compromisso SP Carbono Zero e a Aliança para Ação Climática - ACA Brasil.

Reconhecimento

Selo Platina do Compromisso SP Carbono Zero.

COP28 e COP 29

Participação do Sr. Prefeito na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima em Dubai e na 29ª Conferência no Azerbaijão.

SVDS > SECLIMAS

Publicação do Decreto Municipal 23.204/2024 que altera a denominação da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS e de órgão de sua estrutura, e dá outras providências.

Comitê Municipal de Enfrentamento aos Impactos da Mudança do Clima

Publicação do Decreto Municipal 23.204/2024 que define a governança climática no município

Pacote de Ações climáticas

Anunciado em fevereiro de 2024 pelo Sr. Prefeito, foram divulgadas diversas ações realizadas pelo Município bem como o lançamento do Portal de Ações Climáticas - Portal de ações climáticas
<https://portal.campinas.sp.gov.br/sites/acoesclimaticas/inicio>

Plano Local de Ação Climática

Publicação do Decreto Municipal 23.204/2024. O PLAC é um documento estratégico focado em entregar à cidade uma visão integrada e inclusiva – alinhada às prioridades sociais, ambientais e econômicas –, bem como condições facilitadoras e marcos de implementação necessários para ações voltadas à mitigação de emissões de gases de efeito estufa e ao aumento da resiliência da cidade frente aos impactos da mudança do clima.

Grupo Técnico do Comitê do Clima

No âmbito do Comitê do Clima, foi publicada a Portaria nº 101.640/2024, com a nomeação de 37 técnicos de 15 Pastas. Desde a publicação do PLAC em junho/24, já foram realizadas 03 reuniões do GT (as reuniões são mensais).

Câmara Temática de Educação Ambiental e Climática

No âmbito do GT do Clima, foi publicada a RESOLUÇÃO SECLIMAS nº 04/2024 que possui como objetivos ampliar o diálogo e a participação de diversos atores no processo de execução e acompanhamento do PLAC; orientar Políticas Públicas e a elaboração de metodologias, conteúdo informativo e estratégias de participação, considerando os diferentes contextos socioambientais do município; e avaliar e estabelecer parcerias para o desenvolvimento e execução das ações previstas no PLAC com vistas à implementação da Educação Ambiental e Climática no município.

GOVERNANÇA CLIMÁTICA

Campinas vêm inovando e liderando as pautas das mudanças climáticas, com o fortalecimento da legislação ambiental, a assinatura de compromissos e diversas ações integradas voltadas à mitigação, adaptação climática e conservação dos ecossistemas naturais, contempladas no Plano Local de Ação Climática.



Realizações 2021 a 2024

Inventário Emissões GEE

Atualização dos Inventários de GEE para os anos base 2021 e 2022, sendo que no âmbito do PLAC foram atualizados os dados para os anos base 2019, 2020 e 2021.

Reporte CDP-ICLEI Track

Continuidade do reporte à plataforma líder mundial de relatórios climáticos urbanos, o CDP-ICLEI Track. Nota A- (2021) e Notas B (2022 e 2023). O reporte de 2024 foi finalizado em outubro, mas ainda não foram publicadas as notas.

Reuniões bilaterais

Realizadas reuniões com o setor aéreo sobre as emissões de GEE - Aeroporto Brasil Viracopos e Companhia Aérea Azul, bem como com a CPFL.

MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

O conhecimento do território e a definição de metas e programas ampliaram as oportunidades por parcerias e de integração com outras políticas ambientais visando atingir o cenário almejado para Campinas até 2030.



Realizações 2021 a 2024

Diretrizes Ambientais

Emissão de diretrizes ambientais em processos de Cadastramento de Glebas, Loteamentos e seus Fechamentos, Certidão de Usos do Solo e ETM.

Planos e Políticas Públicas

Elaboração do Plano Local de Ação Climática - PLAC;
Revisão e Acompanhamento de 4 Planos Ambientais Municipais (Educação Ambiental; Verde; Recursos Hídricos; e Saneamento Básico);
Participação na construção de instrumentos de planejamento intersetoriais e regionais, como: PDUI; ZEE; PIDS.
Realização de oficinas, workshops, consultas e audiências públicas;
Coordenação do Conselho Diretor do PSA e atuação junto aos demais Conselhos afins.

Indicadores Ambientais

Sistematização e consolidação das informações ambientais para geração de indicadores para o monitoramento ambiental e dos Planos Ambientais.

Projetos Ambientais e Entregas no Território

Aerolevantamento com Drone - Cadastrado no Min. da Defesa;
Atualização do mapeamento da vegetação natural;
PSA Água (15 prop), SAF (5 projetos), Análise do Cadastro de 41 Hortas Urbanas, Saneamento Rural (256 sistemas tratamento de esgoto doados);
Inventário de GEE ;

Revisões e Regulamentação de legislações ambientais Estudo, análise e definição de parâmetros ambientais específicos para a zona de expansão urbana (art. 12A da LC 207/18);

Informações Ambientais

Disponibilização do mapeamento das Planícies de Inundação da Bacia do Rio Capivari no portal geoambiental.campinas.sp.gov.br. Além de divulgação da metodologia e relatórios do trabalho no Portal da Prefeitura na página da SECLIMAS.

Tecnologias Ambientais

- Suporte no desenvolvimento de melhorias e correções para os sistemas da SECLIMAS tais como o LAO, Arquimedes, Portal Animal e outros.
- Aquisição de novos computadores do tipo notebook com capacidade de processamento adequada aos trabalhos dos servidores através de contrato firmado pelo Deinfo. Preparação das máquinas para o regime de teletrabalho com a instalação de clientes de VPN e Pacote Office.

Projetos de Tecnologias/Informações Ambientais

- Capacitação da SECLIMAS para o uso de ferramentas de Geoprocessamento, em especial o Qgis.
- Contratação do IPT - Bacia do Capivari

MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

O conhecimento do território e a definição de metas e programas ampliaram as oportunidades por parcerias e de integração com outras políticas ambientais visando atingir o cenário almejado para Campinas até 2030.



Realizações 2021 a 2024

Educação Ambiental

- 07 Centros de Educação Ambiental instituídos no município.
- 152 escolas das redes Estadual e Municipal de Ensino no Programa de Formação de Educadores Ambientais e com o Projeto de Hortas e Pomares Escolares.
- Criação da Câmara Temática de Educação Ambiental e Climática do Comitê Municipal de Enfrentamento aos Impactos da Mudança do Clima.

Política e Plano Municipal de Educação Ambiental

Totalmente implantados, e com os programas em execução, atingindo diretamente, em torno, de 100 mil pessoas por ano.

Projetos de Educação Ambiental

- Edital “Paisagens Artísticas no Ambiente Urbano” em parceria com a SMCT com entregas por toda a cidade.
- Parceria com a EducaTv na produção de conteúdos sobre Meio Ambiente.
- Parceria com o CEPAGRI da Unicamp na construção da Educação Ambiental e Climática para o município.
- Parceria com a SMSP/DLU na atuação junto a cooperativas e descarte irregular de resíduos sólidos

Áreas Verdes

Entre as principais realizações destacamos Plantio de 171.045* mudas, referente a R\$ 17.104.500,00**, Doação de 31.149* mudas, referente a R\$ 310.149,00**, e R\$ 4.220.223,70** milhões em equipamentos públicos em parceria com as demais secretarias, Novo cercamento da Mata Santa Genebra, com ganho de 17 hectares de área de plantio, Entrega da Praça no Jardim Adhemar de Barros, Ação de educação ambiental em parceria com a SMEL, na Praça do Tancredão, e com a Coordenadoria de Educação Ambiental em 3 escolas do Jardim Miryan, Entrega da primeira Etapa do P. Linear do Córrego da Lagoa e assinatura do termo do plano de trabalho com a FEAC, prevendo investimentos na ordem de R\$ 40 milhões.

Unidades de Conservação

Entre as principais realizações destacamos Revisão do plano de manejo da APA de Campinas (8 meses de trabalho e articulação, resultando na publicação da Portaria SECLIMAS 01/2024, Entrega dos Estudos Físicos e Biológicos do PNM dos Jatobás e Campo Grande, com início em 2021, e Entrega de material de combate a incêndio para a equipe dos bombeiros. Das ações ordinárias, foram tramitados, respondidos e analisado 950 protocolos, destacando 117 relacionados a respostas ao Ministério Público, a SMJ e ações de denúncias e fiscalização ambiental.

Demandas e Projetos

Além dos itens listados acima, por conta das interfaces com os Conselhos das APAs e dos Programas Ambientais os técnicos estão em 10 representações, na Junta Administrativa de Valoração Ambiental (JAVA) e no Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB.

*números de 2024 ainda em aberto/ ** Resolução 04/2015.



Realizações 2021 a 2024

Controle da população de animais

Iniciadas em 2015 as campanhas itinerantes de esterilização de cães e gatos, chegou ao total de 73 mil castrações em 2024.

Atendimento aos animais errantes pelo SAMU Animal

De 2021 à 30/10/24 foram 2.164 resgates de animais sem tutor, em vias e logradouros públicos, especializado na remoção e atendimento de situações de urgência e emergência.

Publicação do Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de Campinas– Lei Municipal 15.449/17

O estatuto estabelece normas para proteção, defesa e controle da população de animais domésticos em Campinas e determina, que cães e gatos no município sejam cadastrados pelos donos, por meio de microchipagem.

Atenção aos grandes animais

Remoção de grandes animais vítimas de maus tratos, feridos e/ou doentes encontrados em vias e logradouros públicos, tratamento e encaminhamento para doação

Estudos populacionais

Levantamento canino e felino por amostragem, estudos de dinâmica populacional de regiões atendidas pelo castramóvel, estudos da eficácia das vacinas aplicadas e sobre as entidades mórbidas mais prevalentes.

Parcerias com universidades

Parcerias com UNICAMP, UNIP e PUC para estudos, pesquisas e apoio médico veterinário.

Atenção aos animais silvestres

Levantamento de fauna regional, elaboração de políticas regionais no Projeto Reconecta RMC, estudos sobre dinâmica populacional, microrganismos, atropelamentos e passadores de fauna.

ARQUIMEDES

Desenvolvimento e implantação da plataforma que contempla o banco de dados destinado a armazenamento, e gerenciamento de informações relacionadas à fauna, estratégico e fundamental para o gerenciamento de contratos, prestação de contas e planejamento de novas políticas públicas voltadas à causa animal.



Realizações 2021 a 2024

Portal Animal

Plataforma mobile que disponibiliza acesso a todas as informações referentes às políticas públicas e serviços voltados à proteção e ao bem-estar animal no município.

Cirurgias de tecido mole

Contrato de serviços de cirurgia de tecidos moles, destinado ao atendimento especializados à animais resgatados pelo SAMU Animal, vítimas de traumas, doentes ou gravemente feridos em situação de urgência médico veterinária

Cirurgias ortopédicas

Contrato de serviços de cirurgias ortopédicas, destinado ao atendimento especializados à animais resgatados pelo SAMU Animal, especialmente vítimas de traumas, em situação de urgência médico veterinária.

Exames de imagens

Contrato de serviços de exames diagnósticos de imagem, destinado ao atendimento especializados à animais resgatados pelo SAMU Animal, especialmente vítimas de traumas, em situação de urgência médico veterinária.

Arquimedes II

Desenvolvimento da plataforma mobile ARQUIMEDES II, destinada à monitoramento da fauna silvestre e gerenciamento de informações relacionadas à fauna e patógenos associados. Atualmente na fase de teste.

Consultórios veterinários móveis

Programa de Medicina Veterinária Preventiva Implantação do Ambulatório Móvel para atender cães e gatos da população, oferecendo serviços de consulta médica veterinária, microchipagem, vacinação, e orientação técnica, por meio de 6 consultórios distribuídos em duas unidades móveis que percorrem diversas regiões do município.

Banco de ração e utensílios

Programa desenvolvido para apoio emergencial à manutenção de animais de famílias em situação de vulnerabilidade social, protetores independentes e ONG, especialmente em decorrência da Pandemia de COVID 19.

Vacinação de cães

Aquisição de vacinas múltiplas para caninos, com o objetivo de diminuir a incidência e circulação de agravos que acometem os cães. Os imunizantes são disponibilizados gratuitamente, após consulta médico veterinária diretamente nas unidades dos consultórios veterinários móveis.



Realizações 2021 a 2024

Testagem diagnóstica para detecção de FIV e FeLV em felinos

Aquisição de kits de teste para doenças virais, que afetam o sistema imunológico dos felinos e que acometem uma significativa parcela da população destes animais. Seu diagnóstico preciso é fundamental para direcionamento dos protocolos de adoção e medicina veterinária do coletivo

Manejo reprodutivo de capivaras em parques públicos de Campinas

O manejo reprodutivo das capivaras tem por objetivo controlar a reprodução e combater a transmissão da febre maculosa por meio da redução de nascimentos de filhotes.

Serviço de alojamento para cães e gatos

Contratação de serviço especializado no alojamento e tratamento de cães e gatos resgatados pelo SAMU Animal

CamPet

Desenvolvimento de campanhas de adoção responsável no Parque Taquaral e Shopping UNIMART. Com o início das campanhas CamPet foi possível aumentar em quase 300% o número de animais doados durante os primeiros 4 meses de execução.

HPet

Planejamento, desenvolvimento e tramitação da contratação de serviços de retaguarda laboratorial e atendimento médico veterinário para grandes e pequenos animais por meio do Hospital veterinário da PUC Campinas.

CIA - Centro de Integração Animal

Formalização da cessão de um terreno de 30000m² no Parque Via Norte para a construção do equipamento.

Animais Silvestres

Fase de tramitação de cessão de área pertencente à Secretaria Estadual de Agricultura, com cerca de 700.00m² e algumas benfeitorias, localizada no Instituto Biológico, para a implantação de um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS com a função de prestar atendimento médico-veterinário curativo e profilático (acompanhamento clínico, cirúrgico, biológico e nutricional de acordo com as necessidades próprias de cada espécie) com suporte laboratorial aos animais silvestres, assim como realizar a soltura (recolocação, introdução e reintrodução) dos animais capacitados para tanto.



Realizações 2021 a 2024

Licenciamento Ambiental Municipal

Foram emitidos 4.456 documentos ambientais (janeiro/2021 a setembro/2024) em sede de licenciamento ambiental e 207 estudos ambientais técnicos necessários nos processos relativos a obras de infraestrutura e de Regularização Fundiária de Interesse Social (como obras do PAC Pavimentação, PAC Taubaté, PAC Quilombo, PAC Santa Lúcia, Meu Bairro Bem Melhor 1 e 2, Plano Cicloviário, Minha Casa Minha Vida, Macrodrenagem Anhumas - Reservatórios RP1, RP4 e RS1, entre outros).

Suporte Geológico

Trabalho de refinamento da delimitação da planície de inundação do Rio Capivari e afluentes, no trecho percorrido pelo curso d'água no município de Campinas-SP, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT

Elaboração de Investigação Ambiental Detalhada Complementar, Avaliação de Risco à Saúde Humana e Plano de Intervenção no Bairro Mansões Santo Antônio (Termo de Contrato n.º 067/2019)

Prêmio “GENTE QUE INOVA” - 1º Edição (2023)

A objetivação e informatização do licenciamento ambiental foi essencial devido à pandemia de COVID-19 (principalmente no ano de 2020) e à adoção do teletrabalho, instituído pelo Decreto 22.830/2023 onde o trabalho não teve prejuízos, graças ao acesso remoto ao sistema LAO, permitindo a continuidade da análise de documentos, leitura técnica e comunitária e a emissão de licenças dentro dos prazos estabelecidos.

Relatoria da Deliberação Consema 01/2024

Em representação da ANAMMA, o DLA conduziu a relatoria da Normativa no CONSEMA, oportunidade em poder contribuir para a municipalização do licenciamento ambiental nos 645 municípios do Estado, especialmente no aumento significativo de tipologias.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A Fiscalização Ambiental evoluiu de um setor frágil, focado em funções administrativas, para uma coordenadoria de atuação amplamente transversal, integrada a diversas Secretarias e Órgãos, além de apresentar eficiência exemplar no atendimento a denúncias e aplicação de penalidades, atuando de forma preventiva e repressiva.



Realizações 2021 a 2024

Ações Repressivas

Atendimento a denúncias

Até setembro de 2024 a coordenadoria realizou 9.075 vistorias e 22.725 atendimentos, totalizando 31.800 ações.

Aplicação de penalidades

Foram emitidos 540 autos de infração ambiental - advertências, multas, embargos e interdições. No total, foram aplicados mais de 37 milhões de reais em multas ambientais.

Ações Preventivas

Comitê da Cidade Resiliente

A Coordenadoria representa a SECLIMAS neste comitê, composto pela UNDRR, Defesa Civil, SMS e SECOM, tendo coordenado a elaboração do Plano Local de Resiliência e Redução de Riscos de Desastres 2024-2030.

Comitê de Enfrentamento às Arboviroses e Zoonoses

A Coordenadoria representa a SECLIMAS desde o ano de 2013 sendo responsável por ações nas áreas de saúde única, gestão de resíduos sólidos, fiscalização integrada, educação ambiental e relatoria do comitê.

Operações Chuvas de Verão e Estiagem

Coordenadas pela Defesa Civil, a CFA representa a SECLIMAS nas operações desde o ano de 2011, sendo responsável por ações de planejamento e fiscalização nas áreas de prevenção e redução de riscos de desastres, enchentes, alagamentos, queimadas.

GRCont - Grupo de Contenção de Invasões e Parcelamentos Clandestinos e Danos Ambientais

Grupo coordenado pela SEHAB. CFA realiza ações de fiscalização e aplicação de penalidades nas áreas ilegalmente loteadas e/ou invadidas.



Realizações 2021 a 2024

Ações Preventivas

Grupo técnico de atenção integral às pessoas em situação de acúmulo de animais, objetos e resíduos

Coordenado pelo DPBEA, trata dos casos de acumuladores de animais de forma transversal, com a presença das Secretarias de Saúde, Assistência Social, Justiça, Serviços Públicos e Segurança Pública, assim como do CMPDA.

GRU - Grupo de Resposta Unificada

Grupo criado em 2020 pela Defesa Civil, SECLIMAS e SMS e que integra as fiscalizações da PMC - SECLIMAS, SEMURB, SMJ, SMSP, SMCASP e SETEC, com ações quinzenais em áreas de risco para a saúde pública.

GTDMMR - Grupo de Doação de Materiais Recicláveis

Grupo criado em 2017 pela Defesa Civil, SECLIMAS e SMS, composto ainda pelas Secretarias de Serviços Públicos e Trabalho e Renda, trabalha as políticas públicas de gestão de resíduos sólidos através das cooperativas de reciclagem.

Treinamentos

No período, a Coordenadoria realizou treinamentos anuais com a equipe da SMCASP - Guarda Municipal sobre o tema de fiscalização ambiental. Também foram realizados treinamentos com as equipes da Defesa Civil, municípios da RMC, conselhos municipais, 156 e diversas Secretarias e Órgãos.



Realizações 2021 a 2024

Junta Administrativa de Recursos (JAR)

Julga os recursos administrativo impetrados em 1ª instância contra as autuações ambientais, manifestações em diretrizes ambientais, análise prévia de loteamentos urbanos e documentos do licenciamento.

- 350 processos: sendo que os recursos em face de autuações ambientais representam 90% dos casos.

Junta Administrativa de Valoração Ambiental (JAVA)

Valora os danos ambientais, propõe as medidas de reparação e compensação ambiental por meio da elaboração de TAC. Atua também na elaboração de pareceres e manifestações de cunho fiscalizatório (Judiciário, MP, Câmara Municipal) relacionados a danos ambientais.

- 57 pareceres técnicos emitidos
- 87 TAC sendo gerenciados no momento

Fundo Ambiental PROAMB

A regulamentação da Lei de Criação do Fundo, de 2016, aprimorou a apresentação e avaliação de propostas, aumentando a eficiência e transparência na gestão dos recursos. Os projetos são organizados em um Banco de Projetos e avaliados para financiamento, com um Plano de Aplicação revisado semestralmente, assegurando uma alocação responsável e alinhada às prioridades ambientais do município.

+12 milhões

Nos últimos quatro anos, o PROAMB destinou R\$ 12.550.110,35 em financiamentos para uma série de ações voltadas à gestão ambiental e sustentabilidade; educação ambiental; inclusão social; gestão de riscos e resiliência e proteção animal.

No link a seguir, constam as principais ações aprovadas e seus andamentos

<https://campinas.sp.gov.br/secretaria/clima-meio-ambiente-e-sustentabilidade/pagina/fundo-de-recuperacao-manutencao-e-preservacao-do-meio-ambiente-proamb>

Demais informações do Fundo Ambiental, podem ser obtidas no link:

<https://campinas.sp.gov.br/secretaria/clima-meio-ambiente-e-sustentabilidade/pagina/fundo-de-recuperacao-manutencao-e-preservacao-do-meio-ambiente-proamb>



Realizações 2021 a 2024

Conselhos Ambientais

Garantia de suporte e estrutura para reuniões regulares dos Conselhos

Acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental

Garantia de espaços e suporte para atividades

Suporte para as discussões e elaboração da Revisão do Plano de Manejo da APA de Campinas

Constituição formal do Conselho da APA Campo Grande

Gestão e destinação dos recursos do Fundo Ambiental PROAMB

Interações e promoção das articulações dos Conselhos com os setores da SECLIMAS, especialmente DMAC, Fiscalização, Licenciamento e Educação Ambiental, bem como demais órgãos públicos.



Realizações 2021 a 2024

Orçamento Anual

2021: R\$ 21.393.909,00
2022: R\$ 22.905.849,00
2023: R\$ 36.030.913,00
2024: R\$ 32.676.619,00

Central de Inteligência Campinas Sustentável - CICS

Instituída pelo Decreto 21.485/2021, sendo que esta Pasta coordena o trabalho conjunto com as demais áreas municipais em relação ao acompanhamento e monitoramento de indicadores, entre eles: CDP Cities, IEG-M (i-Amb), Sinisa, IDSC Brasil.

link:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/137157>

Em 2024, publicamos a Portaria nº 102637, onde consta a relação de representantes do Grupo Técnico de Sustentabilidade - GTS, atualizada.

link:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/142673>

Em Novembro de 2024 foi publicado o IDSC - Br de 2023, sendo preciso uma análise aprofundada dos representantes, apontando a situação de cada indicador e a partir desta, marcar uma apresentação ao Grupo Gestor e ao Prefeito, a fim de que tenham ciência da situação e deliberem quais serão as melhorias plausíveis.

Além disto, é crucial o envolvimento de todos com a Agenda 2030 e as metas dos ODS. Observando aquelas apontadas, pelo Relatório do TCESP, como possíveis não cumprimento até 2030.

Assim, o envolvimento da SMGC, SMF e SMCGP com a CICS é fundamental para que ela seja efetiva.